



DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Terezinha Fonseca de Carvalho Araújo
Fábio Reis Coronel

FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

A obra reúne textos de estudiosos da área de educação brasileira apresentados no seminário "Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro", realizado em maio de 2001, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. O conjunto dos textos constrói uma radiografia da complexa e contraditória realidade política e educacional do país, analisada do ponto de vista histórico, jurídico, social e cultural.

Carlos Nelson Coutinho escreve sobre a "Democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje", em dois tópicos. O primeiro, expõe sua visão do que é a democracia e o segundo faz algumas observações sobre a democracia brasileira atual. O autor segue a linha de pensamento de Rousseau sobre democracia, segundo a qual não existe democracia sem participação de toda comunidade. Para ele, a democracia é incompatível com o neoliberalismo, pela desigualdade social e material que impõe às pessoas, a democracia somente se desenvolve onde existe o socialismo.

A queda da ditadura e democratização do Brasil é o tema de Francisco de Oliveira. Segundo ele, a Nova República já nasceu cometendo atos inconstitucionais, como a sucessão de Tancredo por Sarney, que foi ilegal, pois o Presidente da Câmara é quem deveria ter ocupado esse lugar. A partir desse fato, ocorreram uma série de casuístas que contaminou a abertura política, mascarando o que deveria ser o nascimento de uma nova relação de poder entre o povo e as autoridades.

Gaudêncio Frigotto expõe sobre educação e a construção democrática no Brasil, traçando o caminho seguido da ditadura militar ao que ele chama ditadura do capital. Para o autor, o que se configura atualmente no país é uma nova forma de ditadura imposta pelas reformas neoliberais, em que o mercado e o capital ditam as regras do jogo,

subordinando os mais fracos (povo) aos "grandes centros hegemônicos do grande capital", inclusive submetendo a educação a um papel de formadora de mão-de-obra significando num grande equívoco, já que a escola não atenderá ao princípio formador do cidadão e nem será capaz de suprir o mercado, pois a educação acompanha o ritmo acelerado do progresso tecnológico.

Maria Victoria Benevides discutiu sobre a construção da democracia no Brasil pós-ditadura militar. A autora afirma que, apesar da abertura política, nada mudou na essência, seja no aspecto econômico, em que persistem as desigualdades, ou na cultura elitista e autoritária. Assinala somente uma melhoria na questão da participação popular, por meio dos movimentos, associações, dentre outras formas de lutas. Também destaca como conquista a promulgação da Constituição Federal que privilegia os direitos sociais e a liberdade, mas a falta de leis que regulam os diversos preceitos constitucionais inviabilizam muitas dessas conquistas.

As políticas e planos educacionais para a construção da democracia pós-ditadura militar foram analisados por Maria Ciavatta. Considera que somente se pode discutir realmente a democracia e como ela se realiza no Brasil, quando se aborda a questão do trabalho. No Brasil, as políticas sociais somente cumprem um papel funcional momentâneo, suprimindo alguns vazios deixados pelo sistema capitalista, quando deveria ser planejada para longo tempo com uma visão de futuro, de permanência, abarcando todos os setores da sociedade, como a educação, economia e assim por diante.

Carlos Rodrigues Brandão no artigo "Soletrando a letra P: povo, popular, partido e política - a educação de vocação popular e o poder do Estado" expõe algumas idéias que foram surgindo em vários momentos de sua vida no ambiente educacional. Discute sobre a responsabilidade solidária que deve ser trabalhar pelos educadores na formação de pessoas. Sendo assim, os valores humanos, a solidariedade ativa e consciente, devem ser uma prática cotidiana, natural do homem e não como uma bandeira de luta.

Carlos Roberto Jamil Cury discute sobre as políticas da educação. O autor afirma que "as políticas da educação vêm se constituindo hoje em um terreno pródigo de iniciativas [...] no campo dos suportes materiais, [...] nas propostas institucionais, [...] no setor propriamente pedagógico" formam uma grande espectro que alcança toda a educação. Também alerta sobre a rapidez com que as informações hoje são disseminadas; por meio das mídias mostram as diferenças sociais e econômicas, conscientizando os mais carentes dos seus direitos

Revista da Faculdade de Educação

e de como são relegados ao esquecimento pelo poder público e pelos mais abastados. Esse fato incentiva a participação popular em busca de um lugar melhor na sociedade e ao exercício dos seus direitos.

Lúcia Maria Wanderley Neves apresenta o tema "As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI". Ela discute a crescente municipalização do ensino, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF). A municipalização é restrita a operacionalizar os programas elaborados pelo Governo Federal, ou seja, em sua maioria chega prontos, não existe uma discussão mais regionalizada, voltada para as realidades de cada parte do país, que é grande e diversificado.

Frei Betto participa abordando o tema "Práxis educativa dos movimentos sociais". O autor discute sobre as diferenças entre as pretensões da família, a escola e as Igrejas, que é de formar cidadãos; e o que é ditado pela mídia, que propaga o desejo de consumir, cada vez mais. As conseqüências dessa alienação da maioria dos jovens voltada somente para as coisas materiais, despolitizados, observadores dos modismos, pode formar gerações de pessoas homogêneas, sem história e culturas próprias.

Os movimentos sociais, democracia e educação são vistos por Roberto Leher. O fortalecimento da esquerda, nos anos 1980, motivou o crescimento dos movimentos sociais, estimulando o debate acerca das relações de produção impostas pelas classes dominantes. Para o autor, o povo compreendeu que a democracia é historicamente determinada e, desse modo, procurou formas de se unir para lutar pelos seus direitos em todas as áreas, sejam políticas, sociais, econômicas, culturais, dentre outros. Após anos de ditadura militar e sendo obrigado a silenciar sobre os seus desejos e expectativas, por exemplo, a nação observou que poderia tomar iniciativas de melhorar as condições do país e passou a ir à luta.

Giovanni Semeraro apresentou "recriar o público pela democracia popular". Explica que a democracia não é um sistema político somente, mas é a prática específica pela qual o povo se torna sujeito, politicamente ativos, com responsabilidades coletivas e participação social.

Os renomados autores destacados neste livro contribuem de maneira clara e objetiva para entender o papel da escola e dos educadores frente as reais imposições pelas quais passa a educação e o compromisso de lutar por uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade.